inscrito no artigo 734.º, n.º 1), alínea b), do orçamento do Ministério da Educação Nacional para o ano económico corrente.

§ único. Para efeito de exercício eventual do magistério na Escola Industrial e Comercial de Torres Vedras gozam de preferência, em cada grupo, os professores da escola a que se refere o corpo deste artigo que possuam a correspondente habilitação legal.

Art. 7.º As despesas com as remunerações do pessoal das escolas criadas pelo presente diploma serão custeadas no corrente ano económico pelas disponibilidades do artigo 776.º, n.º 1), do orçamento do Ministério da Educação Nacional para o mesmo ano.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 10 de Setembro de 1957. — FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES — *António de Oliveira Salazar* — *Joaquim Trigo de Negreiros* — *António Manuel Pinto Barbosa* — *Francisco de Paula Leite Pinto*.

Mapa a que se refere o artigo 4.º do Decreto n.º 41 258, desta data

Pessoal docente:

- 1 professor efectivo do 1.º grupo.
- 2 professores adjuntos do 5.º grupo.
- 1 professor adjunto do 8.º grupo.
- 1 professor adjunto do 11.º grupo.
- 1 mestre da classe C (trabalhos manuais).

Pessoal administrativo:

- 1 terceiro-oficial.
- 1 aspirante.
- 1 escriptorário de 2.ª classe.

Pessoal menor:

- 1 contínuo de 1.ª classe.
- 1 contínuo de 2.ª classe.
- 2 serventes.

Ministério da Educação Nacional, 10 de Setembro de 1957. — O Ministro da Educação Nacional, *Francisco de Paula Leite Pinto*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Inspeção-Geral dos Produtos Agrícolas e Industriais

Para satisfação do estipulado no n.º 2 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 41 204, de 24 de Julho de 1957, se dá conhecimento dos preços do álcool industrial puro e desnaturado, na venda por grosso e a retalho, dos adicionais autorizados para compensação dos encargos de transportes e dos despachos ministeriais que os fixaram:

Por despacho de S. Ex.ª o Subsecretário de Estado do Comércio e Indústria de 27 de Agosto de 1948 foram fixados, para vigorarem a partir de 1 de Setembro do mesmo ano, os seguintes preços para álcool industrial puro e desnaturado:

	Nas fábricas e seus depósitos	A retalho
Álcool industrial puro	12\$25	12\$95
Álcool industrial desnaturado	10\$20	10\$90

Por despacho de S. Ex.ª o Subsecretário de Estado da Agricultura datado de 19 de Julho de 1950 foram fixados, para compensação dos encargos com o trans-

porte para as diferentes localidades abaixo indicadas, os seguintes adicionais aos preços de venda a retalho:

Abrantes	\$15(6)
Aveiro	\$24(6)
Beja	\$28(6)
Braga	\$28(6)
Bragança	\$49(2)
Caldas da Rainha	\$27(6)
Castelo Branco	\$20(6)
Chaves	\$39(2)
Coimbra	\$19(6)
Elvas	\$25(6)
Évora	\$24(6)
Faro	\$45(6)
Guarda	\$36(6)
Lamego	\$36(2)
Leiria	\$26(6)
Pinhel	\$34(6)
Portalegre	\$23(6)
Porto	\$14(6)
Santarém	\$13(6)
Santiago do Cacém	\$31(6)
Setúbal	\$24(6)
Viana do Castelo	\$30(2)
Vila Real	\$37(2)
Viseu	\$32(6)

Inspeção-Geral dos Produtos Agrícolas e Industriais, 22 de Agosto de 1957. — O Engenheiro Inspector-Geral, *Fausto Carreira*.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria-Geral

Decreto n.º 41 259

Considerando que foi adjudicada à firma Martins, L.ª, a execução da empreitada de «Construção de um armazém no cais do porto de Pipas», em Angra do Heroísmo;

Considerando que para execução de tal obra, como se verifica no respectivo caderno de encargos, está previsto o prazo de trezentos e sessenta e cinco dias, que abrange parte do ano económico de 1957 e parte do de 1958;

Tendo em vista o disposto no § único do artigo 4.º do Decreto n.º 27 563, de 13 de Março de 1937;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a comissão administrativa da Junta Autónoma dos Portos do Distrito de Angra do Heroísmo, de harmonia com o n.º 11.º do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 37 754, de 18 de Fevereiro de 1950, a celebrar contrato com a firma Martins, L.ª, para execução da empreitada de «Construção de um armazém no cais do porto de Pipas», obra esta que fica a cargo da Junta Autónoma dos Portos do Distrito de Angra do Heroísmo, pela importância de 108.631\$30.

Art. 2.º Seja qual for o valor das obras a realizar, não poderá a Junta Autónoma dos Portos do Distrito de Angra do Heroísmo despende com pagamentos relativos às obras executadas, por virtude do contrato, mais de 54.000\$ no ano de 1957 e 54.631\$30, ou o que se apurar como saldo, no ano de 1958.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 10 de Setembro de 1957. — FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES — *António de Oliveira Salazar* — *António Manuel Pinto Barbosa* — *Manuel Gomes de Araújo*.